



Município de Fronteira

PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS

Processo

2026/300.10.001/5

REQUALIFICAÇÃO DOS ARRUAMENTOS ENVOLVENTES AO LARGO 25 DE ABRIL CABEÇO DE VIDE

CONCURSO PÚBLICO

MAIO 2026

PREÇO BASE

500.000,00 €



ÍNDICE

SECÇÃO I – Disposições Gerais	3
Artigo 1.º - Identificação do concurso e consulta do processo de concurso	3
Artigo 2.º - Qualificação dos Concorrentes	3
Artigo 3.º - Modalidade Jurídica de Associação de Empresas	4
Artigo 4.º Forma da Proposta	5
Artigo 5.º - Critério de apreciação das propostas para adjudicação	6
Artigo 6.º - Inspeção do Local dos Trabalhos	6
SECÇÃO II – Propostas	7
Artigo 7.º - Reclamações, pedidos de esclarecimentos ou retificações sobre as peças patenteadas no concurso	7
Artigo 8.º - Esclarecimentos, rectificação e alteração das peças procedimentais	8
Artigo 9.º - Entrega de propostas	9
Artigo 10.º - Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas	9
Artigo 11.º - Proposta com variantes ao projeto	10
Artigo 12.º - Proposta base	10
Artigo 13.º - Prazo de execução e valor para efeito do concurso	10
Artigo 14.º - Análise de propostas	10
Artigo 15.º - Modelo de avaliação das propostas	10
Artigo 16.º - Relatório preliminar	10
Artigo 17.º - Audiência prévia	11
Artigo 18.º - Relatório Final	11
Artigo 19.º - Exclusão de propostas	11
Artigo 20.º - Esclarecimentos sobre as propostas	12
SECÇÃO III – Adjudicação	13
Artigo 21.º - Escolha do Adjudicatário	13
Artigo 22.º - Notificação da Escolha do Adjudicatário	13
Artigo 23.º - Anulação da adjudicação	13
Artigo 24.º - Causas de Não adjudicação	13
SECÇÃO IV – Celebração Do Contrato	14
Artigo 25.º - Seguros	14
Artigo 26.º - Minuta do Contrato, notificação, adjudicação e caução	14
SECÇÃO V – Declarações e Documentos	16
Artigo 27.º - Documentos de habilitação	16
Artigo 28.º - Modo de apresentação dos documentos de habilitação	17
Artigo 29.º - Documentos que instruem a proposta	17
SECÇÃO VI – Disposições Finais	19
Artigo 30.º - Legislação aplicável	19
Artigo 31.º - Comunicações e notificações	19
Artigo 32.º - Fornecimento de exemplares do processo	19
ANEXO I	20
ANEXO IV	24
ANEXO IX - Nota técnica sobre gestão da segurança e saúde no trabalho	29
ANEXO X - Sistema de gestão da qualidade	31



SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º - Identificação do concurso e consulta do processo de concurso

1. O presente concurso tem a designação de: “REQUALIFICAÇÃO DOS ARRUAMENTOS ENVOLVENTES AO LARGO 25 DE ABRIL, CABEÇO DE VIDE”
2. A entidade adjudicante é o Município de Fronteira.
3. O órgão que toma a decisão de contratar é a Câmara Municipal de Fronteira.
4. O processo do concurso encontra-se patente na Unidade Orgânica Técnica e Operacional do Município de Fronteira, sito na Praça do Município, 7460-110 Fronteira, Telefone: 245600070, onde pode ser examinado, durante as horas de expediente, desde o dia da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para apresentação de propostas.

Encontra-se também patente na plataforma electrónica de contratação pública acessível através do endereço <https://www.vortal.biz/pt-pt/>

Artigo 2.º - Qualificação dos Concorrentes

1. Serão admitidos ao concurso os concorrentes titulares de alvará emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, Imobiliário e Construção (IMPIC), contendo as seguintes habilitações:
 - a) Da 1.ª subcategoria, vias de circulação e aeródromos, da **2.ª categoria** – Vias de Comunicação, Obras de Urbanização e Outras Infraestruturas e da classe correspondente ao valor estimado da sua proposta;
 - b) Da 1.ª subcategoria da **4.ª categoria**, da 6ª subcategoria da **2.ª categoria**, da 8ª subcategoria da **2.ª categoria**, da 2ª subcategoria da **5.ª categoria**, aos valores dos trabalhos especializados que lhes respeitam, consoante a parte que cada um desses trabalhos cabe na proposta e que será indicada em documento anexo aquela, caso o corrente não recorra à faculdade conferida na alínea c);
 - c) Caso o concorrente não disponha de alguma das habilitações exigidas na alínea b), juntará aos documentos de habilitação declaração de compromisso subscrita pelo concorrente, ou, em caso de agrupamento, por todas as empresas dele constituintes, e por cada um dos subempreiteiros, acompanhadas dos alvarás ou respetivas cópias simples, ou dos certificados



de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados consoante as situações, e aos quais se vincularão por contrato de subempreitada, celebrado ao abrigo do citado diploma legal, para a execução dos trabalhos que lhe respeitem;

- d) Caso o concorrente recorra à faculdade indicada na alínea anterior, deverá juntar em documento anexo à proposta, declaração subscrita por si e por cada um dos subempreiteiros, contendo o valor e a natureza dos trabalhos objeto da subempreitada.
- 2. Os consórcios externos de empresas, constituídos nos termos do art.º 2.º deste Programa de Procedimento, aproveitam das autorizações das associadas, devendo, pelo menos, a classe de uma delas cobrir o valor total da proposta.
- 3. Podem também ser admitidos ao concurso os concorrentes seguintes:
 - a) Os concorrentes nacionais de outros Estados-membros da União Europeia, que apresentem, perante o dono da obra, certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados, adequado à obra posta a concurso e emitido por autoridade competente de Estado-membro da União Europeia;
 - b) Os concorrentes nacionais dos Estados signatários do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, que apresentem, perante o dono da obra, certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados, adequado à obra posta a concurso e emitido por autoridade competente de Estado membro da União Europeia, nos termos do mesmo Acordo respetivos instrumentos de aplicação, e que indique os elementos de referência relativos à idoneidade, à capacidade financeira e económica e à capacidade técnica que permitiram aquela inscrição e justifique a classificação atribuída nessa lista;
 - c) Os concorrentes do espaço económico europeu que não apresentem os requisitos referidos nas alíneas anteriores, bem como os concorrentes nacionais dos Estados signatários do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial do Comércio, nos termos estabelecidos nesse Acordo.

Artigo 3.º - Modalidade Jurídica de Associação de Empresas

- 1. Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, nos termos do disposto no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 2. A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão responsáveis perante o dono da obra pela manutenção da sua proposta, com as legais consequências. Qualquer alteração na



- composição do agrupamento e/ou consórcio, terá de ser autorizada previamente pelo dono da obra, sob pena de exclusão, em qualquer fase do procedimento.
3. Todas as empresas constituintes de agrupamento ou consórcio têm de apresentar os documentos de habilitação referidos que lhe são aplicáveis.
 4. No caso de a adjudicação da empreitada ser feita a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária, devendo, no ato da assinatura do contrato, apresentar os seguintes documentos: cópia do contrato de consórcio, procuração outorgada por todos os membros do Consórcio ao seu líder, com poderes para este proceder à faturação de todos os trabalhos executados, receber quaisquer quantias ao abrigo do contrato dando a respectiva quitação, bem como poderes para receber todas as notificações e comunicações do dono da obra ou seu representante respeitantes ao contrato celebrado.
 5. Quando for o caso, cada uma das Empresas que integram o agrupamento ou consórcio, deverá apresentar juntamente com os documentos, uma declaração feita por forma autêntica no país onde tenham sede, de que se submetem à legislação portuguesa e ao foro do Tribunal Português que for competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 4.º Forma da Proposta

1. A proposta, elaborada em conformidade com o anexo I do CCP (em anexo I, no presente programa), será redigida em língua portuguesa, sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas, sempre com o mesmo tipo de máquina, se for datilografada, ou processada informaticamente e apresentada na plataforma digital destinada ao efeito.
2. A proposta será assinada pelo concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração com assinatura reconhecida na qualidade, que confira a estes últimos poderes para o efeito, ou pública forma da mesma, devidamente legalizada.
3. A proposta de preço deverá ser sempre acompanhada pela lista de preços unitários que lhe serviu de base.
4. O preço da proposta será expresso em Euros e não incluirá o imposto sobre o valor acrescentado.
5. A não valorização de todos os itens do mapa de quantidades de trabalho, permitirá excluir a proposta de preço, apresentada a concurso.



Artigo 5.º - Critério de apreciação das propostas para adjudicação

1. A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela seguinte modalidade (art. 74 do CCP):
 1. ☒ Monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o Preço.
 2. Para o eventual desempate de propostas serão considerados os seguintes critérios pela ordem que se indica:
 - a. Prevalecerá a proposta que apresentar o maior prazo de pagamento, respeitando, no entanto, o preceituado no n.º 3 da cláusula 36.ª do caderno de encargos.
 3. Após a aplicação dos critérios de desempate previstos nas alíneas do número anterior, se o empate, subsistir, o desempate será efetuado por sorteio realizado pelo Júri na presença de um representante de cada um dos concorrentes, sendo os concorrentes notificados para o efeito com 2 dias de antecedência, ato do qual será redigida ata a assinar por todos os intervenientes.
 4. Não serão consideradas para efeito de adjudicação as propostas cujo valor exceda o valor do preço base, conforme previsto na alínea d) do n.º 2 do art.º 70.º do CCP.
 5. O órgão competente para a decisão de contratar deve fundamentar a decisão de exclusão de uma proposta com a justificação de preço ou custo anormalmente baixo, solicitando previamente ao respetivo concorrente que preste esclarecimentos, por escrito e em prazo adequado, relativos aos elementos constitutivos relevantes da proposta, nos termos do disposto no art.º 71.º do CCP.

Artigo 6.º - Inspeção do Local dos Trabalhos

1. Durante o prazo fixado para a entrega das propostas, os interessados deverão inspecionar os locais de execução da obra e realizar neles os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas, devendo inteirar-se das condições do terreno que influam no modo de execução da obra.
2. Os concorrentes deverão ter em consideração os diversos aspetos condicionados ao desenvolvimento da obra, nomeadamente, as dificuldades que se poderão registar em termos de acesso ao local de trabalho, dos equipamentos, dos materiais e do espaço disponível para a instalação do estaleiro.
3. Os concorrentes deverão analisar cuidadosamente a eventual implicação dos trabalhos com a circulação rodoviária, ferroviária e pedonal. Deverão, nomeadamente, verificar da eventual necessidade de considerar desvios de tráfego provisórios, bem como a de



garantir os fluxos da circulação rodoviária e pedonal existentes. Os eventuais restabelecimentos provisórios para desvios de tráfego rodoviário e pedonal, deverão ser executados de acordo com a legislação aplicável e ser submetidos à aprovação das entidades competentes. O seu custo considera-se incluído no valor da empreitada.

SECÇÃO II – PROPOSTAS

Artigo 7.º - Reclamações, pedidos de esclarecimentos ou retificações sobre as peças patenteadas no concurso

1. O órgão competente para prestar os esclarecimentos é o Júri do concurso.
2. Os pedidos de esclarecimento relativos à boa compreensão e interpretação dos elementos expostos devem ser solicitados ao júri do concurso por correio, fax, ou correio eletrónico, através do endereço indicado no ponto 1., durante o primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos serão prestados pelo júri por escrito aos concorrentes, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previstos no número anterior.
5. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores serão disponibilizados através do Portal referido no ponto 1., sendo todos os interessados que as tenham adquirido imediatamente notificados desse fato e será publicado aviso no Diário da República.
6. Os esclarecimentos e as rectificações referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
7. Quando as rectificações ou os esclarecimentos a que se referem os números anteriores sejam disponibilizados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado por decisão do órgão competente para a decisão de contratar, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.
8. Quando as rectificações ou os esclarecimentos previstos nos números anteriores, independentemente do momento da sua comunicação implicarem alterações de aspectos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, por decisão do órgão competente para a



decisão de contratar por um período, no mínimo, equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das rectificações.

Artigo 8.º - Esclarecimentos, rectificação e alteração das peças procedimentais

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detectados, directamente na plataforma electrónica acessível no site <https://www.vortal.biz/pt-pt/>.
2. Para efeitos do presente Código consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
 - a) Aspectos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objecto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objecto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
 - d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
3. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
4. O incumprimento do dever a que se referem os números anteriores tem as consequências previstas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 378.º.
5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou até ao prazo fixado no convite ou no programa de concurso:
 - a) O órgão competente para a decisão de contratar, ou o órgão para o efeito indicado nas peças do procedimento, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.



6. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.
7. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º.
8. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica anteriormente identificada e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 9.º - Entrega de propostas

1. As propostas e os documentos que a instruem, serão apresentados diretamente na plataforma eletrónica acessível no site **<https://www.vortal.biz/pt-pt/> até às 23:59 horas do 15.º dia** a contar da data do envio do respetivo anúncio para publicação no Diário da República.
2. O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 66 dias contados da data-limite para a sua entrega, considerando-se este prazo prorrogado por iguais períodos se aquele nada requerer em contrário.
3. A data-limite fixada no n.º 1 pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o Programa de Concurso, o Caderno de Encargos ou os esclarecimentos solicitados não puderem ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.

Artigo 10.º - Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes, através da plataforma localizada em **<https://www.vortal.biz/pt-pt/>**
2. Mediante a atribuição de um *login* e de uma *password* os concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.



Artigo 11.º - Proposta com variantes ao projeto

1. Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

Artigo 12.º - Proposta base

1. As propostas apresentadas pelos concorrentes são consideradas como totalmente incondicionadas, tendo-se como não escritas quaisquer condições divergentes do Caderno de Encargos ou alternativas de qualquer natureza que constem das mesmas propostas ou de outros documentos que as acompanhem.

Artigo 13.º - Prazo de execução e valor para efeito do concurso

1. O prazo máximo de execução da empreitada é de 180 dias, sem interrupção de contagem aos sábados, domingos e feriados, em obediência ao plano de consignação previsto no projeto ou no caderno de encargos:

Número de fases previstas: **1**

Data prevista de consignação: **setembro 2026**

2. O valor para efeito do concurso (Preço Base) é de 500 000.00 € (quinhentos mil euros), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

Artigo 14.º - Análise de propostas

1. As propostas são analisadas em todos os atributos representados pelos fatores que densificam o critério da adjudicação e termos ou condições.

Artigo 15.º - Modelo de avaliação das propostas

1. O júri procede à avaliação das propostas segundo o critério de adjudicação previsto no art.º 5.º.

Artigo 16.º - Relatório preliminar

1. O júri procede à elaboração do relatório preliminar no qual propõe:
 - a) A ordenação das propostas;
 - b) A exclusão das propostas segundo o n.º 2 do art.º 146.º CCP anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
 - c) Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes.



Artigo 17.º - Audiência prévia

1. Elaborado o relatório preliminar, o júri procede à audiência prévia nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 123.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

Artigo 18.º - Relatório Final

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efectuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos na alínea b) do art.º 16.º.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constantes do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe à entidade adjudicante decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação ou para efeitos de selecção das propostas ou dos concorrentes para a fase de negociação quando, nos termos do disposto na secção seguinte, seja adoptada essa fase.

Artigo 19.º - Exclusão de propostas

1. São excluídas as propostas que:
 - a. Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
 - b. Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no n.º 2 do art.º 54.º;
 - c. Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no art.º 55.º;
 - d. Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto nos n.os 1 e 2 do art.º 57.º;
 - e. Que não cumpram o disposto nos n.os 4 e 5 do art.º 57.º ou nos n.os 1 e 2 do art.º 58.º;



- f. Que sejam apresentadas como variantes quando estas não sejam admitidas pelo programa do concurso, ou em número superior ao número máximo por ele admitido;
 - g. Que sejam apresentadas como variantes quando não seja apresentada a proposta base;
 - h. Que sejam apresentadas como variantes quando seja proposta a exclusão da respetiva proposta base;
 - i. Que violem o disposto no n.º 7 do art.º 59.º;
 - j. Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no art.º 62.º;
 - k. Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
 - l. Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto nas regras referidas no n.º 4 do art.º 132.º, desde que o programa do concurso assim o preveja expressamente;
 - m. Cujas análises revele alguma das situações previstas no n.º 2 do art.º 70.º
2. Nos casos previstos nas alíneas f) e i) do número anterior, deve-se propor a exclusão de todas as propostas variantes, a qual não implica a exclusão da proposta base.

Artigo 20.º - Esclarecimentos sobre as propostas

- 1. Cada concorrente obriga-se a prestar, em relação à sua proposta e a toda a documentação que a instrua, os esclarecimentos que o júri considere necessários.
- 2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 70.º do CCP anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.



SECÇÃO III – ADJUDICAÇÃO

Artigo 21.º - Escolha do Adjudicatário

1. Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, a entidade competente para autorizar a despesa, escolhe o Adjudicatário.

Artigo 22.º - Notificação da Escolha do Adjudicatário

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos deste Programa de Procedimento.
 - b) Prestar caução, se esta for devida, nos termos do disposto nos artigos 88º a 91º do CCP, indicando expressamente o seu valor.
 - c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

Artigo 23.º - Anulação da adjudicação

1. A adjudicação considera-se sem efeito quando, por fato que lhe seja imputável, o Adjudicatário:
 - a) Não entregue a documentação (Documentos de habilitação) que lhe seja exigida;
 - b) Não preste a caução que lhe seja exigida;
 - c) Não compareça no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato.
2. Nos casos previstos no número anterior, a Entidade Adjudicante pode decidir pela adjudicação ao concorrente sucessivamente ordenado para efeitos de adjudicação.

Artigo 24.º - Causas de Não adjudicação

1. Não há lugar à adjudicação quando todas as propostas apresentadas sejam consideradas inaceitáveis pela entidade competente para autorizar a despesa;
2. Caso se verifique a não adjudicação, os concorrentes são notificados da correspondente decisão, das medidas a adotar e dos respetivos fundamentos.



SECÇÃO IV – CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Artigo 25.º - Seguros

1. O Adjudicatário deverá ser tomador dos seguros estabelecidos no Caderno de Encargos.

Artigo 26.º - Minuta do Contrato, notificação, adjudicação e caução

1. A minuta do contrato será remetida, após a adjudicação, ao concorrente cuja proposta haja sido preferida, para sobre ela se pronunciar no prazo de 5 (cinco) dias após a sua receção, findo o qual, se o não fizer, se considerará aprovada a mesma minuta.
2. No caso do adjudicatário ser um agrupamento ou consórcio, este deverá, ainda apresentar o respetivo contrato.
3. No contrato ficarão indicados os trabalhos a realizar em regime de subempreitada, a identidade dos respetivos subempreiteiros e as condições relativas aos correspondentes pagamentos, prazos, qualidade dos trabalhos, preços e respetiva revisão.
4. Na empreitada só poderão ter lugar as subempreitadas que figurem no contrato ou que entretanto venham a ser autorizadas pelo dono da obra, as quais serão realizadas nas condições para as mesmas estabelecidas e nos termos dos artigos 383.º do CCP, anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.
5. O dono da obra notificará o adjudicatário do dia, local e hora de assinatura do contrato.
6. O valor da caução é de 5% do preço contratual.
7. Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário é de 10% do preço contratual.
8. Modo de prestação da caução:
 - a) O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 dias a contar da notificação prevista no nº 2 do artigo 77º do CCP, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.
 - b) A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução.
 - c) O depósito em dinheiro ou títulos é efectuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem do Município de Fronteira, devendo ser especificado o fim a que se destina.



- d) Quando o depósito for efectuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% dessa média.
- e) Deverão ser respeitados os modelos anexos ao programa de procedimento referentes à caução que venha a ser prestada por garantia bancária, por seguro-caução ou por depósito em dinheiro ou títulos.
- f) Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.
- g) Tratando-se de seguro-caução, é obrigatória a apresentação de apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar este seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.



SECÇÃO V – DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS

Artigo 27.º - Documentos de habilitação

1. O adjudicatário tem de apresentar os seguintes documentos de habilitação, no prazo de **cinco** dias a contar da notificação da adjudicação:
 - a) Declaração do anexo II do CCP, (em anexo II, no presente programa).
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP.
 - c) Documento comprovativo da titularidade de alvará ou certificado de empreiteiro de obras públicas, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P. (IMPIC, I. P.), contendo as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra a realizar.
2. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
3. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
4. Para efeitos de comprovação das habilitações referidas no número anterior, o adjudicatário pode socorrer-se dos alvarás ou certificados de empreiteiros de obras públicas de subcontratados, mediante a apresentação de declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.
5. O adjudicatário, ou um subcontratado, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio que não seja titular do alvará ou do certificado referidos nos números anteriores deve apresentar, em substituição desses documentos, uma declaração emitida pelo IMPIC, I. P., comprovativa de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar por preencher os requisitos que lhe permitiriam ser titular de um alvará ou de um certificado de empreiteiro de obras públicas contendo as habilitações adequadas à execução da obra a realizar.
6. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos previstos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP e na presente portaria devem ser apresentados por todos os seus membros.
7. Todos os membros do agrupamento concorrente que exerçam a atividade da construção devem ser titulares de alvará ou certificado emitido pelo IMPIC, I. P.,



devendo a empresa de construção responsável pela obra ser detentora de habilitação contendo subcategoria em classe que cubra o valor global daquela, respeitante aos trabalhos mais expressivos da mesma, sem prejuízo da exigência de habilitação noutras classes e subcategorias relativas às restantes obras e trabalhos a executar.

8. É aplicável aos membros dos agrupamentos concorrentes o disposto no ponto 4, do presente artigo.

Artigo 28.º - Modo de apresentação dos documentos de habilitação

1. Os documentos de habilitação serão apresentados de modo idêntico ao da apresentação da proposta, através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.
2. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
3. 3 – O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

Artigo 29.º - Documentos que instruem a proposta

1. A proposta será instruída com os seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente, assinada por si ou seu representante, de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao presente programa;
 - b) Lista dos preços unitários, assinada por si ou seu representante, de todas as espécies de trabalho previstas no projecto de execução;
 - c) Declaração assinada pelo concorrente ou seu representante com indicação dos preços parciais dos trabalhos que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas nos alvarás para efeito da verificação da conformidade desses preços com a classe daquelas habilitações;
 - d) Plano de trabalhos devidamente detalhado, assinada por si ou seu representante, com fixação da sequência e dos prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalhos previstas;



- e) Plano de mão-de-obra, assinada por si ou seu representante;
- f) Plano de equipamento, assinada por si ou seu representante;
- g) Plano de pagamentos, assinada por si ou seu representante;
- h) Memória Descritiva, assinada por si ou seu representante, do modo de execução da obra, indicando também a organização prevista para a execução dos trabalhos, bem como a descrição dos métodos construtivos a aplicar e os aspetos técnicos ou outros que sejam considerados essenciais à execução da empreitada;
- i) Nota Técnica sobre Segurança e Saúde no Trabalho e Sistema de Gestão da Qualidade, assinada por si ou seu representante;
- j) Outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para a formulação da sua proposta, assinada por si ou seu representante.

2. Conteúdo dos documentos:

- a) O Plano de Trabalhos será constituído, pelo menos, pelos seguintes elementos e explicitará, inequivocamente, o prazo de execução correspondente à proposta de preço e a contar da data da consignação:
 - b) a1) Programa de Trabalhos detalhado, tendo como escala de tempo a semana e sob a forma de Gráfico de Barras. Este Programa deverá conter no mínimo:
 - a) Duração de cada atividade;
 - b) ii) Precedências e ligações de cada atividade.
Podendo ainda conter:
 - c) iii) Quantidades de trabalho que estão associadas a cada atividade;
 - d) iv) Caminho crítico;
 - e) v) Identificação de marcos ou prazos parcelares das frentes de trabalho;
 - f) vi) Lista de rendimentos diários considerados para cada atividade, no que respeita à mão-de-obra e equipamento.
- a) O Plano de equipamento conterá no mínimo número e tipo de equipamento e duração do seu emprego, tudo relacionado com o planeamento dos trabalhos podendo ainda conter a indicação das zonas e frentes de trabalho;
- b) O Plano de Mão-de-Obra, elaborado em harmonia com o Programa de trabalhos, conterá no mínimo indicação das categorias profissionais podendo conter número de pessoas por atividade;
- c) O Plano de Pagamentos elaborado em harmonia com o Programa de Trabalhos conterá os valores mensais e acumulados dos trabalhos previstos no referido Programa;
- d) Se for o caso, declaração subscrita por si e por cada um dos subempreiteiros, contendo o valor e a natureza dos trabalhos objeto da subempreitada;



- e) Nota técnica sobre a Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho na prestação de serviços de acordo com o estabelecido no Anexo III.
- f) Documento relativo ao Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com o estabelecido no Anexo IV.

SECÇÃO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 30.º - Legislação aplicável

- 1. A tudo o que não esteja espacialmente previsto no presente Programa aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e demais legislação aplicável.

Artigo 31.º - Comunicações e notificações

- 1. As notificações previstas serão efetuadas através de correio electrónico ou de outro meio de transmissão escrita e electrónica de dados.
- 2. No caso referido no número anterior, as comunicações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, os candidatos, os concorrentes ou o adjudicatário podem ser feitas pelos meios nele referidos.

Artigo 32.º - Fornecimento de exemplares do processo

As cópias do processo do procedimento serão fornecidas nas condições seguintes:

- a) Após solicitação escrita dos concorrentes, mencionando se pretendem a cópia em suporte papel, em suporte digital ou em ambos.
- b) Mediante o pagamento prévio, pelo interessado, dos seguintes valores que incluem IVA:
 - a. b1) O valor de 500,00 € no caso de cópia em suporte papel;
 - b. b2) Gratuito no caso de cópia em suporte digital;
- c) Prazo para efetuar o fornecimento é de 5 dias, com interrupção de contagem aos Sábados, Domingos e feriados.

FRONTEIRA
Maio 2027



ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 —... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de...(designação ou referência ao procedimento em causa) e declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a



caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* don.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO II do CCP * - Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

* **Nota:** Este documento, solicitado na alínea a) do ponto XI do Convite, deverá ser apresentado apenas pelo concorrente adjudicatário, posteriormente, após a notificação da decisão de adjudicação



ANEXO - III
MODELO DE PROPOSTA

F (indicar a denominação social, numero de pessoa coletiva, sede), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de,sob o nº, titular do alvará de empreiteiro de obras públicas com o nº, contendo as autorizações exigidas, depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso para a empreitada de(discriminar), a que se refere o anúncio da Câmara Municipal de Fronteira nº, datado de 2023/___/___, publicado na II Série do Diário da República, obriga-se a executar o referida empreitada de harmonia com o as condições e termos expressos no caderno de encargos, mapa de quantidades, projeto técnico, relativamente aos quais declara aceitar, sem reservas, e legislação aplicável, no prazo de execução de _____ e pelo preço total de €._____ (valor por algarismos e por extenso), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

À quantia supra acrescentará o imposto sobre o valor acrescentado à taxa de ____% no valor de €_____, (por algarismos e por extenso).

Mais declara que o valor acima referido, é decomposto nos seguintes preços parciais dos trabalhos a executar, conforme as habilitações contidas no alvará, exigidas pelo convite:

<u>CATEGORIAS</u>	<u>SUBCATEGORIA</u>	<u>CLASSE</u>	<u>VALOR</u>	<u>PERCENTAGEM</u>

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

[Data]

(Assinatura do(s) representante(s) legal(ais))



ANEXO IV

Modelo de declaração de inexistência de impedimentos

[n.º 3 e 4 do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos]

1 - Para efeitos do disposto do n.º 3 do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos (identificação do concorrente) _____, NIF _____ na qualidade de concorrente à execução do contrato no âmbito do procedimento designado: “Empreitada _____”, declara, sob compromisso de honra, que a entidade por si representada não se encontra abrangida pelas situações previstas no n.º 4 do referido artigo.

2 – O declarante tem pleno conhecimento de que a violação do disposto no n.º 4 do artigo 1.º-A do citado diploma legal implica a anulação dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou agentes impedidos, sem prejuízo do dever de indemnização à entidade adjudicante e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato.

[Data]

(Assinatura do(s) representante(s) legal(ais))



ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHADORES IMIGRANTES

..... (nome), pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com sede em representado(a) pelos Senhores e, na qualidade respetivamente de e (no caso de Agrupamento ou Consórcio, identificação de todas as empresas que o constitui), declara para os devidos efeitos legais, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 198º do Decreto-Lei nº 23/2007, de 4 de Julho, que cumpre todas as obrigações legais relativamente a trabalhadores imigrantes utilizados na realização dos trabalhos da empreitada, designadamente a legislação laboral e as obrigações de declaração de rendimentos sujeitos a desconto respeitantes à Administração Tributária e à Segurança Social.

[Data]

(Assinatura do(s) representante(s) legal(ais))



Anexo VI

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO (Caução Inicial)

Em nome e a pedido de (Adjudicatário), com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com o capital social de ,, vem o Banco, com sede em, com capital social de, registado na Conservatória do Registo Comercial de , sob o n.º de f__f, declarar prestar a favor do Município de Fronteira, uma Garantia Bancária autónoma, irrevogável e à primeira solicitação, no valor de Euros (..... Euros), correspondente à substituição da retenção de 5% do valor da faturação para reforço da caução prestada em garantia da empreitada de

Assim, por força desta Garantia, obriga-se este Banco a pagar à primeira solicitação do Município de Fronteira, sem interferência da garantida e observando o montante acima estabelecido sem que o Município de Fronteira, tenha de justificar o pedido e sem que o Banco possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato acima identificado ou com o cumprimento das obrigações que a garantida assume com a celebração do contrato, as importâncias que a CÂMARA, lhe solicite, sendo-lhe vedado deixar de o fazer sob qualquer pretexto ou fundamento, bem como a responder, respeitando o mesmo montante, pelas despesas decorrentes da medida judicial a que aquela entidade porventura se veja obrigada a recorrer para demandar a observância dos seus direitos.

O Banco deve pagar as quantias solicitadas pelo Município de Fronteira, no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente Garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção nos termos do contrato e da legislação aplicável.

Assegura o Banco, outrossim, que o compromisso aqui assumido satisfaz plenamente as exigências e determinações da legislação portuguesa que é a aplicável e em especial a legislação bancária, sendo o foro do Tribunal da Comarca de Castelo Branco o competente para dirimir quaisquer questões relativas à presente garantia, com expressa renúncia a qualquer outro.

Finalmente, declaram os signatários da presente que o Banco e estes estão regularmente autorizados a prestar Garantia Bancária desta natureza, consoante disposição do Estatuto Social do Banco.

É pois deEuros... (Euros) o valor da presente Garantia.

Data

Assinaturas (Reconhecidas na qualidade).



ANEXO - VII
MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

A companhia de seguros...., com sede em..... matriculada na Conservatória do Registo Comercial de, com o capital social de, presta o favor do Município de Fronteira, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de, correspondente à caução de 5% prevista no Programa de Concurso destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que (empresa adjudicatária) com sede em, pessoa coletiva nº, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o nº, com o capital social de, assumirá no contrato que com o Município de Fronteira, vai outorgar e que tem por objeto..... (designação), regulada nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação do Município de Fronteira, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que..... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor ao Município de Fronteira, quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no contrato e na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

O presente seguro-caução rege-se pela legislação portuguesa, sendo o foro do Tribunal da Comarca de Castelo Branco o competente para dirimir quaisquer questões dele emergentes, com expressa renúncia a qualquer outro.

[Data]

(Assinatura do(s) representante(s) legal(ais))



ANEXO - VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e bem assim da proposta adjudicada, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga de forma incondicional, a executar a empreitada objeto do contrato e a cumprir as demais obrigações que lhe incumbem, em conformidade com o disposto no caderno de encargos e demais peças do procedimento e pelos preços e condições constantes da proposta adjudicada, relativamente aos qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

[Data]

(Assinatura do(s) representante(s) legal(ais))



ANEXO IX - Nota técnica sobre gestão da segurança e saúde no trabalho

1 – Os Concorrentes devem demonstrar a sua capacidade de desenvolver metodologias adequadas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho na execução da obra, devendo para o efeito apresentar uma Nota Técnica.

2 – A Nota Técnica deve atender à natureza da obra e ao disposto na legislação aplicável e reportar-se às especificações do Plano de Segurança e Saúde e demais especificações constantes do Caderno de Encargos, assumindo a forma de memória descritiva e justificativa do modo de desenvolvimento das metodologias preventivas na execução da obra e incluir a apresentação do sistema de gestão da segurança e saúde do empreiteiro, obedecendo à estrutura seguinte:

- a) Análise sintética das implicações mais relevantes do Projecto e do Caderno de Encargos para a gestão da segurança e saúde durante a execução da obra, tendo em conta os condicionalismos existentes, o faseamento construtivo previsto, os processos construtivos e os métodos de trabalho a serem utilizados;
- b) Apresentação das especificações do Plano de Segurança e Saúde que o Empreiteiro se propõe alterar e/ou desenvolver para plena adaptação deste planeamento à fase de obra, devendo referenciar nomeadamente os domínios seguintes:
 - Requisitos a desenvolver no Projeto de Estaleiro;
 - Procedimentos no âmbito da avaliação dos riscos associados às diversas operações;
 - Procedimentos a adoptar no âmbito dos riscos especiais;
 - Procedimentos relativos à selecção e enquadramento de Subempreiteiros e Trabalhadores Independentes;
 - Metodologia de planeamento da informação e da formação;
 - Procedimentos de controlo de equipamentos;
 - Planeamento do sistema de emergência;
 - Metodologia de gestão da informação para a Compilação Técnica;
 - Procedimentos de controlo da sinistralidade laboral;
 - Procedimentos de monitorização e avaliação das medidas preventivas;
 - Lista dos diversos registos da segurança e saúde a instituir e respectivos formulários;
- c) Identificação dos recursos humanos a afectar à obra com funções específicas relacionadas com a segurança e saúde do trabalho com a descrição das condições de afectação e a apresentação do respectivo curriculum vitae;
- d) Nota-resumo do estado de desenvolvimento do sistema de gestão da segurança e saúde do trabalho na empresa concorrente, incluindo os valores dos índices de incidência, de



frequência e de gravidade da sinistralidade laboral verificados nos últimos três anos e indicando em cada ano o número de trabalhadores, o número de horas trabalhadas e o número de acidentes com especificação dos mortais. No caso de o concorrente ser um grupo de empresas essa informação deverá corresponder a cada uma das empresas que o integra.



ANEXO X - Sistema de gestão da qualidade

1 – Os Concorrentes deverão demonstrar a sua capacidade para realizar a obra empregando técnicas de Gestão da Qualidade baseadas nos requisitos da norma NP EN ISSO 9001:2000, sem prejuízo de toda a legislação aplicável. Para tal os Concorrentes deverão apresentar a documentação a seguir referida por forma a permitir uma apreciação dessa capacidade.

2 – Relativamente ao Concorrente, deverá ser apresentada uma Memória Descritiva contendo apenas os seguintes pontos:

a. Descrição sumária da situação actual da empresa no âmbito da implementação do seu Sistema de Gestão da Qualidade, incluindo o planeado para o futuro, com indicação expressa do ano em que implementou ou prevê implementar esse Sistema;

No caso de empresas certificadas deverão ser indicados o seu âmbito, a entidade certificadora e o respectivo comprovativo.

b. Apresentação de cópia da declaração da Política da Qualidade escrita e assumida ao mais alto nível pela empresa e devidamente datada;

c. Lista estruturada de Procedimentos escritos relativos à Qualidade que a empresa actualmente dispõe e implementa;

d. Organigrama nominativo da estrutura afecta à Qualidade a tempo inteiro;

e. Lista de Obras onde já implementou ou tem implementado sistemas formais da Qualidade;

Dados constantes do quadro seguinte:

Informação Ano n-2 Ano n -1 Ano n

N.º de Planos da Qualidade elaborados

N.º de Auditorias Internas realizadas em obras

N.º de Obras com SGQ implementado

N.º de acções de formação / sensibilização documentadas realizadas nas obras

A não apresentação deste quadro significa, para efeitos de apreciação da proposta, que o concorrente não dispõe dessa informação.

No caso do Concorrente ser um grupo de empresas, com ou sem personalidade jurídica, essa informação deverá ser prestada por cada uma das empresas que o integra, incluindo os subempreiteiros que forem designados.

Essa Memória Descritiva (ou conjunto de Memórias, no caso de se tratar de um grupo de empresas), deverá ser obrigatoriamente organizada de acordo com alíneas acima referidas e constituir um documento individualizado devidamente capeado e identificado contendo nomeadamente a inscrição:



DOC.Q0 – Memória(s) Descritiva(s) relativas ao(s) Sistema(s) de Gestão da Qualidade da (s) Empresa(s):

3 – Relativamente à obra em causa, o concorrente deverá apresentar uma Nota Técnica sobre o Sistema de Gestão da Qualidade que planeia implementar para garantir a qualidade dos diferentes trabalhos a realizar na obra.

Esse Sistema deverá basear-se na elaboração de um Plano de Gestão da Qualidade, tendo em conta em os requisitos da norma referida em 1 e o preconizado no caderno de encargos do presente concurso, requerendo-se que nesta fase de concurso essa Nota Técnica inclua:

- a) estrutura do Plano de Gestão da Qualidade da obra em causa;
- b) lista de Procedimentos escritos que o concorrente se propõe apresentar e implementar na obra em causa;
- c) lista dos principais materiais e equipamentos incorporáveis controlar na recepção no estaleiro da obra na perspectiva da Qualidade;
- d) lista de trabalhos mais relevantes a controlar durante a execução da obra para os quais serão elaborados planos de monitorização e medição, e indicação explícita dos trabalhos para os quais serão também preparadas instruções de trabalho e respectivos fluxogramas;
- e) quando com identificação dos meios humanos a afectar à obra com funções específicas relacionadas com o Plano de Gestão da Qualidade (nomes, qualificações e tempos de permanência), indicando-se explicitamente o técnico que assumirá as funções de Gestor do Plano que deverá possuir a qualificação referida no caderno de encargos, devendo ainda ser anexada declaração datada e assinada por este Gestor assumindo o compromisso do desempenho das suas funções com dedicação, assiduidade e proficiência;
- f) Organigrama com a estrutura organizacional nominativa para a execução da obra.

4 – Em caso de adjudicação., o Plano referido na cláusula anterior deverá, nos termos do Caderno de Encargos, ser desenvolvido pelo Adjudicatário tendo em conta o referido nessa Nota Técnica e a necessária articulação com a Fiscalização a indicar pelo Dono da Obra. Pretende-se a integração da Fiscalização no processo dos registos da qualidade por forma a evitarem-se duplicações de registos. A Fiscalização poderá em qualquer momento determinar as alterações a esse Sistema que considerar convenientes.

Essa Nota deverá ser obrigatoriamente organizada de acordo com alíneas acima referidas e constituir um documento individualizado devidamente capeado e identificado contendo nomeadamente a inscrição:

DOC. Q1 – Nota Técnica relativa ao Plano de Gestão da Qualidade a implementar na obra.

5 – Caso alguma das normas ou legislação referidas em 1 venha a ser alterada até à consignação da obra deverão ser seguidas as novas versões no desenvolvimento do Plano de Gestão da Qualidade.



DECLARAÇÃO RGPD

Eu _____ (Nome Completo) _____, (estado civil) _____, natural de (freguesia) _____, (concelho) _____, (País) _____, portador(a) do cartão de cidadão n.º _____ válido até ____/____/____, e do cartão de contribuinte n.º _____ residente em _____ (morada) _____, (Código Postal) _____ declaro para os efeitos previstos no artigo n.º 13.º do Regulamento Geral da Proteção de Dados EU 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, fornecer, por este meio, o meu consentimento para tratamento dos meus dados pessoais acima indicados, à Câmara Municipal de Fronteira, pessoa coletiva n.º 501162941, sita em Praça do Município, 7460-110 Fronteira.

A presente declaração constitui título bastante para conferir autorização para o tratamento dos meus dados pessoais a tratar no âmbito do artigo 96.º do CCP – Conteúdo do contrato, sendo a sua base jurídica contratual.

Os dados pessoais cujo tratamento se autoriza pela presente declaração não poderão servir para quaisquer fins de comercialização direta ou outros de natureza comercial, incluindo a definição de perfis ou para quaisquer outras decisões automatizadas e poderão ser objeto de portabilidade nos termos do artigo 20º do RGPD.

A Câmara Municipal de Fronteira, compromete-se a cumprir o disposto na lei de Proteção de Dados Pessoais, bem como demais legislação aplicável, designadamente a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenham tido acesso ou que lhe sejam transmitidos no âmbito do artigo 96.º do CCP, sem que para tal tenham sido expressamente autorizadas, comprometendo-se a utilizá-los exclusivamente para as finalidades determinantes da recolha, abstendo-se de qualquer uso fora do contexto, quer em benefício próprio, quer de terceiros.

Mais declaro, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 13.º a 22.º do Regulamento Geral da Proteção de Dados EU 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, ter tomado conhecimento dos seguintes direitos que me assistem relativamente aos meus dados pessoais constantes da referida Base de Dados:

- Retirar o meu consentimento relativamente ao tratamento efetuado dos meus dados pessoais;
- Opor-se à continuação do tratamento dos meus dados pessoais;
- Solicitar ao responsável pelo tratamento dos meus dados pessoais o acesso aos mesmos, bem como a respetiva retificação ou eliminação, incluindo o “direito a ser esquecido”;

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO



- d. Apresentar queixa à CNPD, obtendo para efeito, junto da Câmara Municipal de Fronteira os contactos da mesma;
- e. Ser informado(a), a pedido, sobre as finalidades do tratamento, as categorias dos dados envolvidos, a identidade dos destinatários a quem tenham sido divulgados e o período de conservação dos meus dados pessoais;
- f. O direito de consulta, acesso, retificação, atualização ou eliminação dos meus dados pessoais disponibilizados no âmbito do artigo 96^a do CCP, ao abrigo do presente Regulamento, mediante comunicação, para o efeito, por correio eletrónico enviado para a Câmara Municipal de Fronteira.

[Data]

(Assinatura do(s) representante(s) legal(ais))

O Presidente da Câmara

António Velez Gomes

Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa¹

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.